

# | Aconteça o que acontecer

Valter Pomar\*

## **Resumo:**

Desde 1990, a esquerda latino-americana tem no *Foro de São Paulo* um de seus principais espaços organizativos. Os partidos do *Foro* estiveram diretamente envolvidos na mudança da conjuntura política regional ocorrida a partir da eleição de Hugo Chavez, Nestor Kirchner e Luís Inácio Lula da Silva. O crescimento da esquerda na região não foi acompanhado de um debate estratégico. Isto não impediu as vitórias eleitorais da esquerda, mas a fragilizou frente à contraofensiva da direita a partir de 2008. Hoje está posta a necessidade de inserir neste balanço e na estratégia de construção do socialismo no século XXI o debate em profundidade sobre o capitalismo do século XXI.

**Palabras claves:** América Latina; partidos; governos; esquerda; capitalismo.

## Come What May

## **Abstract:**

From 1990 to 2016 the *São Paulo Forum* has been one of the principle organizational spaces for the Latin American left. The parties that make up the Forum were directly involved in the changes in the regional political conjuncture that occurred beginning with the election of Hugo Chávez, Nestor Kirchner and Luiz Inácio Lula da Silva. The growth of the left in the region was not accompanied by a strategic debate. This did not prevent the electoral victories of the left, but it weakened the left in the face of the rightwing counteroffensive that began in 2008. Today, we need to insert into this assessment and into the strategy for the construction of socialism in the XXIst century an in-depth debate on XXIst century capitalism.

**Keywords:** Latin American; parties, governments; left; capitalism.

Em 1990, entre a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, o Partido dos Trabalhadores convocou um seminário de partidos e organizações de esquerda da América Latina e do Caribe. Este seminário foi o ponto de partida para a criação do *Foro de São Paulo*. De 1998 até hoje, partidos vinculados ao *Foro* estiveram presentes nos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. No caso de Honduras e de Guatemala, a aproximação dos governantes ao *Foro de São Paulo* foi a posteriori.

---

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, Brasil. Entre 2005 e 2013, foi secretário executivo do Foro de São Paulo. Autor, junto com Roberto Regalado, do livro *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013. End. eletrônico: pomar.valter@ufabc.edu.br

Em alguns dos países citados, havia partidos do *Foro de São Paulo* também na oposição. Já em outros, como o México e a Colômbia, partidos vinculados ao Foro nunca chegaram ao governo nacional, mas eram a primeira ou segunda força oposicionista.

Estes fatos fizeram a direita latino-americana atribuir ao *Foro de São Paulo* grande importância e imensa capacidade operacional. Trata-se de um exagero, pois este não possui orçamento próprio, sede nem funcionários. Resume-se a encontros regulares, geralmente anuais, de todos os seus integrantes; além de promover um conjunto de reuniões regionais, seminários, debates e eventos semelhantes. Isto significa que ele não é, nem jamais pretendeu ser, uma organização centralizada como foi a Terceira Internacional. Aliás, alguns integrantes do *Foro* flertaram – mas depois recuaram – com propostas de criação de uma “Quinta” Internacional, talvez na expectativa de resolver por meio da centralização organizativa as muitas debilidades da esquerda regional. Caso o *Foro* tivesse adotado mecanismos organizativos mais centralizados, ele provavelmente não teria sobrevivido, entre outros motivos porque sua composição sempre foi extremamente plural: grandes partidos eleitorais de massa e pequenas organizações militantes; entidades com experiência na luta social e outras com experiência na luta armada; socialdemocratas e comunistas tradicionais, nacionalistas e populistas, além de praticamente todas as variantes das correntes socialistas e revolucionárias regionais.

Observando-se a partir de hoje, pode-se dizer que o *Foro de São Paulo* foi num primeiro momento um grande desaguadouro, um abrigo para diferentes tradições da esquerda regional, que compartilhavam entre si principalmente a oposição ao neoliberalismo e a defesa da integração regional. Mas divergiam entre si em variadas questões, a começar pela do socialismo e da estratégia de luta por ele.

Estas divergências seguiram presentes quando, entre 1998 e 2002, ficou claro que estava em curso uma mudança na conjuntura latino-americana e caribenha. Embora todas as organizações integrantes do *Foro* percebessem as possibilidades abertas pelas vitórias eleitorais e pelo exercício de governos, existiam diferentes maneiras de operar neste cenário. E por muito pouco o *Foro de São Paulo* não foi destruído por estas diferenças.

Sabendo disto, a direita regional e o Departamento de Estado dos Estados Unidos passaram a afirmar que existiam na região duas esquerdas: uma radical e outra moderada, uma carnívora e outra vegetariana. Esta tese era compartilhada, de diferentes maneiras, por muitos setores da esquerda regional. Tanto entre moderados quanto entre radicais, havia quem aceitasse os termos da equação proposta pela secretária de Estado de Bush filho.

Os fatos posteriores confirmaram que, embora fossem muito diferentes, as esquerdas regionais que ascenderam no final dos anos 1990 faziam parte de um mesmo processo histórico. Tanto é assim que hoje o refluxo atinge a todas. Uma contraprova disto é o processo cubano, fruto de outra dinâmica histórica e que segue seu curso com grande autonomia, forçando o governo dos EUA a mudar de linha no mesmo momento em que, no restante da América Latina, a esquerda sofre importantes derrotas.

Embora houvesse os que aceitavam a tese das duas esquerdas, a maioria dos integrantes do *Foro de São Paulo* foi pouco a pouco percebendo que este, bem como o processo histórico em que estava involucrado, era um grande “guarda-chuva” sob o qual as mais variadas políticas podiam ser testadas. A existência do *Foro* e de uma correlação de forças regional favorável ao “progressismo de esquerda”, permitia que os diferentes setores do *Foro* pudessem testar suas diferentes políticas.

Obviamente isto não evitou a ocorrência de choques entre partidos e governos de orientação progressista e de esquerda. Mas em geral estes choques se deram nos marcos de um processo comum, que incluía um alto nível de solidariedade entre partidos e governos que respondiam a orientações distintas.

Esta dinâmica se traduziu numa postura segundo a qual cada país seguia seu curso, ao tempo que contribuía para o fortalecimento da integração regional. Por exemplo, por intermédio de instituições como a CELAC e a UNASUL. Tal dinâmica “desigual e combinada” nunca foi corretamente compreendida – com raras exceções – pela socialdemocracia europeia, conformada a um ambiente de confrontação e baixa cooperação entre as diferentes famílias da esquerda.

Já o Partido da Esquerda Europeia (que reúne um setor dos partidos comunistas e organizações mais recentes, como o Linke alemão, o Parti de Gauche francês, o Bloco de Esquerda de Portugal e o Syriza grego) tinha uma visão mais adequada sobre o fenômeno latino-americano.

Curiosamente, mas não surpreendentemente, o *Foro de São Paulo* se converteu num espaço importante de cooperação e diálogo, mas não conseguiu produzir uma reflexão estratégica de maior fôlego. Simplificada e esquematicamente, podemos dizer que aceitando cada qual tal como era, buscando os pontos em comum e colocando em segundo plano as diferenças, o resultado foi não investir na reflexão de médio e longo prazo. Esta atitude certamente ajudou e seguramente não atrapalhou enquanto os tempos foram de “vento a favor”. Mas a partir da crise de 2007-2008, o ambiente internacional alterou-se; e simultaneamente alterou-se também o ambiente nacional de importantes países da região.

Como síntese e resultado disto, teve início uma contraofensiva da direita regional. Então, a ausência de uma reflexão coletiva sobre os problemas estra-

tégicos de médio e longo prazo programa cobrou (e segue cobrando) um alto preço. Esta contraofensiva talvez pudesse vir a ocorrer de qualquer maneira. Afinal, setores importantes da direita regional demonstraram ter aprendido com seus próprios erros e também com os acertos da esquerda. Por outro lado, a eleição de Obama ampliou a margem de manobra dos Estados Unidos na região. Além disso, alguns governos progressistas e de esquerda enfrentavam crescentes contradições nas suas próprias bases sociais e eleitorais.

Entretanto, a contraofensiva realmente existente ocorreu no ambiente criado pela crise de 2007-2008, que teve impactos diretos e indiretos sobre o crescimento da América Latina e Caribe, afetando fortemente os governos progressistas e de esquerda, alterando o “humor” das classes dominantes locais, potencializando as debilidades e erros próprios de cada processo nacional.

É importante destacar que, no ambiente do *Foro de São Paulo*, a percepção predominante foi, digamos, um pouco diferente desta. A maior parte da esquerda regional considerou que a crise confirmava seus prognósticos acerca do neoliberalismo (o que era verdade) e que levaria a um avanço ainda maior das forças progressistas e de esquerda (o que era uma possibilidade real, embora também pudesse ocorrer o contrário, como alguns integrantes do *Foro* tentaram lembrar sem muito sucesso).

Em março de 2016, a contraofensiva da direita se considera muito perto de obter seu grande prêmio: o governo do Brasil. Se isto vier a ocorrer, será muito provável que setores da direita venezuelana partissem imediatamente para algum tipo de “salida” violenta.

Com a direita governando Brasil, Argentina e Venezuela, teria início um novo ciclo político na região. Quanto tempo duraria e que características poderia assumir um ciclo de direita, são temas em aberto, principalmente porque (quando escrevemos este texto, no final de março de 2016) a resistência democrática e de esquerda no Brasil ainda tem os meios para deter, parcial ou totalmente, a ofensiva da direita. Isto, claro, se o governo da presidenta Dilma Rousseff contribuir para com isso: a manutenção da política econômica de ajuste fiscal reduz a capacidade de mobilização social contra o golpismo.

Mas independentemente do que venha a ocorrer, a esquerda regional está convocada a travar um balanço sobre o ciclo iniciado entre 1998-2002. As posições em debate são variadas, pois não há consenso sobre a existência de tal ciclo nem sobre sua natureza. Além disso, trata-se de um debate que se combina com a análise da situação mundial e com a discussão acerca da estratégia da esquerda.

Como já nos referimos, debate similar foi travado no âmbito do *Foro de São Paulo*, quando se analisaram os impactos da eleição de Obama e da crise de 2007-2008 sobre América Latina e Caribe. Vários dos integrantes do *Foro* afir-

maram existir, já naquela época, sinais evidentes de uma contraofensiva da direita latino-americana e de seus sócios externos. Entretanto, por motivos variados e às vezes opostos, diversos setores discordavam desta caracterização.

Alguns, em geral não participantes do *Foro*, consideravam que os governos “progressistas e de esquerda” faziam parte da arquitetura neoliberal e imperialista, motivo pelo qual não fazia sentido falar em “contraofensiva” dos que nunca teriam sido efetivamente derrotados. Outros consideravam como característica fundamental do momento a crise do capitalismo e a desmoralização do neoliberalismo, superestimando as possibilidades e minimizando as ameaças, tanto estratégicas quanto táticas, que a situação oferecia para as esquerdas. Havia ainda os que pareciam trabalhar com o pressuposto de que a “fórmula” econômica e política adotada pelos governos “progressistas e de esquerda” era no fundamental imune a retrocessos e não deveria sofrer alterações. Curiosamente, esta tese da imunidade a retrocessos vinha tanto de setores ultraradicais, quanto de setores radicalmente moderados.

Um argumento usado no debate, para contraditar os que falavam em contraofensiva, era o de que, pelo menos até então, nenhum governo “eleito pela esquerda” havia sido derrotado eleitoralmente pela direita.

O caso de Piñera e as eleições na Guatemala, os golpes no Paraguai e em Honduras eram utilizados em favor do argumento acima, no primeiro caso por não serem considerados como governos integrantes do ciclo de 1998, no segundo caso em razão da via não eleitoral adotada pela direita.

Independente de como este debate foi equacionado, na época e posteriormente, seja nos documentos do *Foro*, seja na ação dos partidos, movimentos e governos “progressistas e de esquerda” existentes na região, o fato é que – como sabemos – a contraofensiva das direitas prosseguiu e já não há força importante da esquerda que desconheça sua existência e que não reconheça sua radicalidade e potência. No âmbito econômico-social, esta contraofensiva de direita age pressionando, sabotando e revertendo processos e conquistas. No terreno ideológico, contendo, desmoralizando e dividindo os oponentes. E, no que diz respeito ao desempenho político-eleitoral, “combinando formas de luta” para vencer eleições nacionais.

Independente dos motivos específicos, táticos, conjunturais, episódicos e algumas veocorezes “pessoais” envolvidos em cada situação nacional, há um processo regional e mundial que devemos levar em consideração.

Em primeiro lugar, um extenso predomínio das relações capitalistas de produção e circulação. Comparado com outros períodos da história, vivemos naquele onde o capitalismo é mais predominante. A situação internacional é marcada, em segundo lugar, por uma crise do capitalismo. Em comparação com

outras crises, a iniciada em 2007-2008 tem as seguintes características: a) é uma crise clássica de acumulação, revelando impasses estruturais no processo de valorização do Capital; b) é uma crise de múltiplas dimensões: militar, política, social, ideológica, financeira, comercial, ambiental; c) atinge de maneira diferenciada os setores, regiões e países; d) tem como epicentro a região do capitalismo central, a saber, Estados Unidos, a Europa e o Japão. Em terceiro lugar, ocorreu uma intensificação dos conflitos intercapitalistas. No plano interno aos países ou no plano internacional, isto implica em redistribuição do poder entre os diferentes Estados e setores sociais.

A situação internacional é marcada, em quarto lugar, pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos, bem como pelas tentativas que os EUA fazem para tentar reverter este declínio. Isto é acompanhado pelo esgotamento da “capacidade de governança” das chamadas instituições de Bretton Woods: a ONU e seu Conselho de Segurança, o FMI, o Banco Mundial e, mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio. Uma quinta característica é o esforço que outros Estados fazem para estabelecer uma nova hegemonia, de tipo análogo ou diverso daquela liderada pelos Estados Unidos e seus aliados.

Uma sexta característica, resultante das anteriores, é a proliferação de blocos, instituições e alianças com finalidades essencialmente defensivas. Fenômeno que esteve presente em outros momentos da história, a começar pelos que precederam as duas grandes guerras mundiais.

Este conjunto de características (ou variáveis) aponta para um período mais ou menos prolongado de instabilidade internacional, bem como para o surgimento de “soluções” intermediárias, temporárias e ineficazes. A instabilidade faz com que seja ao mesmo tempo urgente e difícil a construção de alternativas: o velho padrão não funciona adequadamente, mas continua forte; novos padrões estão surgindo, mas ainda não conseguem se firmar.

No terreno estrito das políticas econômicas, isto gera uma situação paradoxal: fortes discursos em favor de uma mudança profunda, acompanhadas de terapias minimalistas que fazem correções marginais no *modus operandi* dos chamados mercados. Como resultado, a crise adquire um caráter crônico, prolongado e com efeitos degenerativos nos terrenos ideológico, político e militar.

Nos curto e médio prazos, a instabilidade está vinculada à crise do capitalismo e ao declínio da hegemonia estadunidense. Mas no longo prazo, corresponde à crescente contradição entre a “globalização” da sociedade humana versus o caráter limitado das instituições políticas nacionais e internacionais. Dito de outra forma: a humanidade está frente a desafios cada vez mais globais, mas não dispõe de instituições à altura destes problemas.

O problema possui diferentes dimensões, entre as quais uma que pode ser

expressa através de equação antiga, mas que continua válida: o desenvolvimento das forças produtivas está em contradição com as relações de produção.

Este era o ambiente mundial já em 1998-2002, motivo que deveria ter levado a esquerda latino-americana a correr contra o tempo, buscando aproveitar aquela conjuntura inédita na história regional, para aprofundar as condições de integração regional, soberania nacional, democratização política, ampliação do bem-estar social e do desenvolvimento econômico. E, principalmente, tentar alterar os padrões estruturais de dependência externa e concentração de propriedade vigentes na região há séculos.

Como sabemos, tomando de conjunto, não foi isto o que ocorreu. Seja quem estivesse no governo – carnívoros ou vegetarianos – não se conseguiu superar o padrão de acumulação herdado do período anterior à vitória governamental. No Brasil, Argentina e Venezuela, isto não foi tentado: buscou-se, isto sim, utilizar de outra forma os recursos gerados nos marcos deste padrão. Explicar os motivos desta opção faz parte do próprio balanço, que precisa abordar três grandes temas: o debate sobre o capitalismo do século XXI, sobre a estratégia e sobre o socialismo do século XX.

Estudar estas – e outras – questões é um dos objetivos do *Grupo de Estudos sobre as esquerdas e o chamado “progressismo” na América Latina e Caribe*, lançado oficialmente em março de 2016 pela Fundação Perseu Abramo, instituição vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

A Fundação também está lançando outros programas de estudos e pesquisas, entre os quais: 1) *A trajetória do capitalismo brasileiro no ciclo democrático iniciado na década de 1980*; 2) *Gestão pública para o desenvolvimento: ação estratégica para um projeto democrático com inclusão social*; 3) *A(s) direita(s) no Brasil e no mundo: características atuais e modos de ação*.

Em cada uma dessas linhas temáticas, um Grupo de Estudos, reunindo estudiosas/os, pesquisadora(e)s e especialistas no tema, vinculados a distintos institutos, universidades e organizações, desenvolverá um trabalho permanente de reflexão e de produção de análises e subsídios diversos.

O Plano de Trabalho 2016 do *Grupo de Estudos sobre As esquerdas e o chamado “progressismo” na América Latina e Caribe* inclui, entre outras ações, a realização de um seminário internacional, que se pretende converter num evento permanente, de reunião anual de pesquisadores sobre América Latina e Caribe, no Brasil e na região. Entre as linhas de pesquisa, há uma denominada “Socialismo do século XX, capitalismo do século XXI e a estratégia: a visão dominante nos partidos do *Foro de São Paulo*, o rumo dos respectivos governos e a situação que estamos vivendo hoje”.

Como está dito, pretende-se verificar de que maneira a visão dominante

nos partidos do Foro de São Paulo, especialmente naqueles que assumiram os governos nacionais de seus países, influenciou as opções feitas e contribuiu para o desenlace em curso. Que visão os referidos partidos tinham sobre o capitalismo do século XXI? Que estratégia defendiam e que estratégia efetivamente implementaram? Que balanço fizeram das tentativas de construção do socialismo no século XXI e como isto influenciou a definição dos objetivos programáticos e estratégicos? Como cada partido enxergava o impacto, sobre o respectivo país e/ou sobre a região, da crise internacional e dos conflitos entre as grandes potências? Como via o futuro dos Estados Unidos? Recuperaria sua hegemonia global? Concentraria energias na sua hegemonia regional? Esgotaria suas energias no conflito interno ao próprio país? Como cada partido enxergava o comportamento da burguesia latinoamericana, em especial dos setores transnacionalizados? Como via sua conduta frente aos governos progressistas e de esquerda? Como enxergava sua disposição frente aos processos regionais de integração? Como encarava sua vontade de competir com as burguesias metropolitanas e aspirar a um papel mais sólido no cenário mundial? Como encarava seu compromisso com a democracia eleitoral?

Embora outros fatores tenham pesado, é certo que a visão daqueles partidos sobre os temas citados teve influência na conduta dos setores hegemônicos da esquerda regional frente à contraofensiva da direita.

Evidentemente o estudo destas questões não alterará o desenlace imediato dos acontecimentos. Mas, independentemente do que venha a ocorrer nos próximos meses e anos, a esquerda latino-americana e caribenha se vê convocada a fazer um balanço crítico e autocrítico da estratégia dominante desde o final dos anos 1990.

Em resumo: o cenário internacional e as condições existentes desde 1998 na América Latina, especialmente na América do Sul, tornavam factíveis duas grandes alternativas, a saber: um ciclo de desenvolvimento capitalista com traços social-democratas e/ou um novo ciclo de construção do socialismo. Ambas as alternativas foram trilhadas e ambas estão em crise.

A evolução da crise internacional produziu cada vez mais instabilidade, sabotando as condições de atuação de todos os setores da esquerda regional.

A janela aberta no final dos anos 90 ainda não fechou totalmente. Mas estamos muito perto disto, especialmente a depender do que aconteça com o Partido dos Trabalhadores e com o governo Dilma Rousseff. Caso haja uma mudança de estratégia e a direita seja derrotada, ainda assim estaremos diante de um período histórico mais difícil do que o anterior. Neste caso, será ainda mais necessária uma reflexão de fôlego sobre como derrotar o capitalismo do século XXI.